



MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO: a formação acadêmica e as influências teóricas nas estruturas curriculares nas décadas 1950/1970

Lidia Araújo Silva¹

Marlene Corrêa Torreão²

Selma Maria Silva de Oliveira Brandão³

Sofia Ericeira Rodrigues⁴

Resumo

O texto analisa a formação acadêmica em Serviço Social no Maranhão entre as décadas de 1950 e 1970, com base em pesquisa documental realizada no Centro de Documentação e Informação em Lutas Sociais e Serviço Social (CDILUSS/UFMA). Resgata a memória e a história da profissão no estado, destacando as estruturas curriculares e as matrizes teóricas que marcaram o processo formativo. Inicialmente, identifica o alinhamento conservador influenciado pela doutrina social da Igreja Católica. Posteriormente, observa-se uma reconfiguração desse alinhamento, com a adoção da teoria positivista no contexto do projeto de modernização conservadora do governo Sarney (1966–1970).

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Acadêmica; Memória; História; Maranhão.

Abstract

The text analyzes the academic training in Social Work in Maranhão between the 1950s and 1970s, based on documentary research carried out at the Center for Documentation and Information in Social Struggles and Social Work (CDILUSS/UFMA). It rescues the memory and history of the profession in the state, highlighting the curricular structures and theoretical matrices that marked the training process. Initially, it identifies the conservative alignment influenced by the social doctrine of the Catholic Church. Subsequently, a reconfiguration of this alignment can be observed, with the adoption of the positivist theory in the context of the conservative modernization project of the Sarney government (1966–1970).

Keywords: Social Work; Education; Memory; History; Maranhão.

¹ Universidade Federal do Maranhã (UFMA). Mestranda em Políticas Públicas. E-mail: lidia.araujo@discente.ufma.br

² Universidade Federal do Maranhã (UFMA). Docente do curso de Serviço social. E-mail: marlene.torreao@ufma.br

³ Universidade Federal do Maranhã (UFMA). Docente do curso de Serviço social. E-mail: selma.maria@ufma.br

⁴ Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduanda do curso de Serviço Social. E-mail: sofia.er@discente.ufma.br



1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa analisar aspectos da memória e da história do Serviço Social no Maranhão, com ênfase na formação acadêmica e nas influências teóricas presentes nas estruturas curriculares do curso nas décadas de 1950 a 1970. A investigação insere-se no âmbito de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, que se dedica ao resgate histórico-crítico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), buscando compreender sua trajetória institucional e os fundamentos que orientaram sua formação profissional.

A abordagem metodológica adotada pauta-se na pesquisa documental, com base em fontes primárias localizadas no acervo do Departamento de Serviço Social (DESES/UFMA) e no Centro de Documentação e Informação em Lutas Sociais e Serviço Social (CDILUSS/UFMA). A análise dessas fontes possibilita revisitar os marcos fundantes do curso, suas conexões com o movimento dialético das relações sociais no âmbito do estado e as orientações teóricas que moldaram os currículos e a prática profissional em suas primeiras décadas de existência.

2 A EMERGÊNCIA DAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO E A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO CATÓLICO NO PROCESSO FORMATIVO

A emergência do Serviço Social no Brasil está intrinsecamente ligada ao projeto sociopolítico da Igreja Católica, que, diante das tensões da ‘questão social’ no início do século XX, buscou “cristianizar as relações de trabalho e atenuar os conflitos de classe (Iamamoto, 2007, p.48). No Maranhão, estado marcado por profundas desigualdades e uma histórica presença eclesiástica, essa influência



assumiu contornos particulares, moldando os primeiros passos da profissão sob a égide da caridade, da filantropia e da doutrina cristã.

A primeira Escola de Serviço Social no país foi fundada em 1936 por iniciativa da Liga das Senhoras Católicas, com apoio do arcebispo Dom José Gaspar de Afonseca e Silva. Surgiu para formar profissionais que atuassem na assistência a operários e imigrantes em uma São Paulo industrializada. Em 1937, a Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro foi fundada pela União das Damas Católicas, ligada ao cardeal Dom Sebastião Leme, atendia às demandas da capital federal (então Rio de Janeiro), onde cresciam as favelas e a pobreza urbana.

O Serviço Social no Maranhão emergiu sob forte influência da Igreja Católica, que, alinhada à Doutrina Social Cristã, estruturou as primeiras formas de organização assistencial no estado, atrelado a defesa de um projeto político-religioso de controle das tensões sociais em um contexto marcado por pobreza extrema, latifúndio e exclusão. A Igreja Católica, por meio de encíclicas como Rerum Novarum (1891) e Quadragésimo Anno (1931), defendia uma “terceira via” entre o capitalismo liberal e o socialismo, promovendo a harmonia social por meio da caridade organizada. De acordo com Silva (2024), no Maranhão, essa perspectiva se materializou nas:

Santas Casas de Misericórdia: principalmente em São Luís, onde a instituição, fundada no período colonial, continuou sendo um espaço de assistência aos pobres, sob gestão da Igreja.

Ligas Católicas e Ação Católica: movimentos leigos que atuavam na educação moral e no amparo a trabalhadores rurais, muitas vezes em parceria com fazendeiros.

Pastorais Sociais: como a Legião de Maria e a Conferência de São Vicente de Paulo, que visitavam famílias pobres distribuindo ajuda material e orientação religiosa (Silva, 2024).

Alguns sujeitos foram fundamentais na articulação entre Igreja e ação social no estado, como Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta (Arcebispo de São Luís, 1944-1958), que promoveu a criação de escolas paroquiais e associações de trabalhadores sob orientação católica; padres e freiras europeus, missionários como



os Capuchinhos e as Irmãs de Caridade atuaram no interior, onde o Estado era ausente, criando orfanato e dispensários médicos; e os Leigos engajados, membros da elite local (como mulheres da alta sociedade) lideravam obras assistenciais, reforçando o paternalismo nas relações de ajuda (SILVA, 2024).

Enquanto nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro já tinham escolas de Serviço Social nos anos 1930, no Maranhão as primeiras escolas foram fundadas duas décadas depois. As primeiras assistentes sociais maranhenses foram formadas nas Escolas do Sudeste e na Escola de Serviço Social de Pernambuco (1945) primeiro locus de formação profissional na região Nordeste. É necessário ressaltar, segundo pesquisa realizada por Silveira Jr. (2021) acerca da gestação da profissão no Nordeste, que:

[...] a inexistência de um curso de Serviço Social, em qualquer dos estados, não significa diretamente a ausência de um corpo profissional de assistentes sociais atuando nas fronteiras do território em questão. É possível testemunhar- cada vez mais quanto mais se multiplicam as titulações a partir dos anos 1940-1950 – a circulação de assistentes sociais formadas nas primeiras escolas, em termos de seu deslocamento para estados ainda não existia a formação profissional, mas onde as instituições assistenciais que começavam a se implantar já criavam algum lastro de espaço ocupacional que atraía agentes titulados em outros lugares (SILVEIRA Jr., 2021, p. 18; 19).

Para Abreu et al (1985), o Estado brasileiro instituiu através da Legião Brasileira de Assistência - LBA uma política nacional de incentivo a criação de Escolas de Serviço Social pelo território brasileiro, buscando capacitar mão de obra especializada para o desempenho de atividades assistenciais. Neste intento, a referida instituição foi responsável pela fundação da primeira Escola de Assistência Social no Maranhão, no ano de 1950.

No entanto, pairam dúvidas quanto a duração e a natureza dos cursos promovidos pela LBA em São Luís, naquele contexto histórico, considerando que foi muito presente na origem do processo de formação especializada no Brasil a oferta de cursos rápidos de introdução ao Serviço Social, que se diferenciam das escolas propriamente ditas, como destaca Iamamoto e Carvalho (1998). Não resta dúvida,



entretanto, quanto ao relevante destaque que a referida instituição teve, ao colocar as bases sobre as quais a formação profissional se sedimentou no estado. Criada em 1942 pelo governo brasileiro, logo após o engajamento do país na Segunda Guerra Mundial, a LBA, logo se consolidou como a primeira e a mais importante agência prestadora de assistência no país, dando suporte ao processo de industrialização, assim como outras importantes instituições: como o Serviço Social do Comércio – SESC e o Serviço Social da Indústria – SESI, ambas criadas em 1946 e espalhadas pelos diferentes estados da federação, em função do temor das classes hegemônicas da penetração de “teorias estranhas” entre a população (Brandão, 2023 apud Silveira Júnior; Pereira; Brandão 2023).

No Maranhão, estas instituições tiveram forte presença, inclusive assumiram a capacitação através de cursos intensivos de quadros de auxiliares sociais, tendo em vista atender à crescente demanda por profissionais da área social capacitados para controlar as sequelas da questão social e suas expressões direcionadas, sobretudo, para crianças e mulheres. As referidas instituições ofereciam apenas cursos técnicos, com duração de 2 anos, tendo disciplinas como “Noções de Higiene Social”, “Doutrina Cristã” e “Técnicas de Entrevista”, revelando a combinação de saberes médicos e assistenciais.

Entretanto, é absolutamente impossível abordar qualquer aspecto da origem da profissão no Brasil, sem mencionar a influência da doutrina social da Igreja Católica, mediante o trabalho realizado por meio de diversos organismos dentre os quais a Congregação Missionárias de Jesus Crucificado, responsável pela fundação de 09 Escolas de Serviço Social no Brasil entre as décadas de 1940-1960, dentre estas, a Escola Maranhense de Serviço Social, fundada em 1953, após fracassada a tentativa implementada pela LBA.

Apesar da importância e reconhecimento atribuído pelo Arcebispo metropolitano D. José Delgado ao trabalho desenvolvido pela Ação Católica e Ação Social Católica no Maranhão, curiosamente, na fundação da Escola Maranhense de Serviço Social em 1953, resolveu encarregar a direção à Congregação das

PROMOÇÃO



APOIO





Missionárias de Jesus Crucificado, com manutenção garantida pela Sociedade feminina de Instrução e Caridade, sediada em Campinas–SP. Não se sabe ao certo as motivações do Arcebispo para tal decisão, entretanto, para Rodrigues, “a intenção implícita foi a de queimar etapas, pois, além dessa entidade ser proveniente de São Paulo, onde o Serviço Social foi implantado no Brasil, possuía uma larga experiência no setor de ensino profissional (1991, p.114).

A obrigatoriedade do ensino religioso nas Escolas fundadas pelas Missionárias de Jesus Crucificado, como instrumento de evangelização individual através da doutrina católica é outra marca importante presente nos currículos das escolas, principalmente através do ensino das seguintes disciplinas: Cultura Religiosa, Seminário de Formação, Doutrina Social da Igreja, Moral e Iniciação Filosófica. Na Escola Maranhense de Serviço Social, fundada em 1953 e posteriormente na Escola de Serviço Social do Maranhão, criada em 1954, estas disciplinas constam em todos os currículos até serem suprimidas no ano de 1969, como se observa no quadro a seguir:

Tabela 1 – Disciplinas ofertadas na década de 1950

1953	Introdução à Filosofia; Introdução ao Serviço Social; Seminários de Formação Social; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo; Sociologia; Noções de Direito; Psicologia; Cultura Religiosa; Moral (ética geral); Enfermagem.
1954	Atividade de Grupo; Cultura Religiosa; Direito Social; Estatística; Ética Profissional; Higiene Geral; Higiene Mental e Noções de Psiquiatria; Iniciação Filosófica; Introdução ao Serviço Social; Moral (ética geral); Noções de Direito; Pesquisa Social; Psicotécnica; Psicologia Especial; Psicologia Geral; Seminário de Formação; Seminário de Tese; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo; Serviço Social Rural; Sociologia; Economia; Sociologia Geral; Vida Rural.
1955	Administração de Obras; Atividade de Grupo; Cultura Religiosa; Doutrina Social da Igreja; Economia Social; Estatística; Ética Geral; Ética Profissional; Higiene e Medicina Social; Higiene Mental; Introdução ao Serviço Social; Legislação Social; Noções de Direito; Organização Social da Comunidade; Pesquisa Social; Psicologia Especial; Psicologia Geral; Seminário de Formação; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo; Sociologia Geral.

Fonte: Quadro organizado pelas autoras a partir de documentos encontrados no acervo do DESES/UFMA, com a relação total das cadeiras da Escola Maranhense de Serviço Social.



De modo geral, observa-se ainda que, no período de fundação das Escolas de Serviço Social no Brasil criadas ou mantidas pelos diversos organismos da Igreja Católica como o Centro de Estudos Sociais – CEAS, o Grupo de Ação Social – GAS, a Juventude Universitária Católica – JUC, a Ação Social Católica - ASC ou através da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado – CMJC, a visão de homem/mulher e de mundo tinha como base a filosofia tomista e neotomista, de cunho humanista cristão e o ensino religioso constituía-se no meio de moralização do indivíduo. A grande referência norteadora da Igreja Católica naquele momento foram as Encíclicas Papais, notadamente, a *Rerum Novarum*, (1891), escrita por Leão XIII, a *Quadragesimo Anno* (1931) de Pio XXI, *Mater et Magistra* (1961) escrita pelo Papa João XXII, que conformava uma formação acadêmica-profissional de cunho essencialmente conservador. Essas encíclicas tiveram, portanto, um relevante papel na divulgação da doutrina social da Igreja católica pelo mundo e, na América Latina, foram determinantes no fortalecimento da “estratégia de continentalização da influência católica através da criação de escolas de Serviço Social (Castro, 1993, p. 68).

Conforme Rocha (2010), o núcleo pioneiro do Serviço Social no Maranhão naquele período era constituído por mulheres oriundas da denominada classe média e de tradicionais famílias maranhenses, que militavam no apostolado da Igreja Católica e a formação em Serviço Social era direcionada para consolidar um perfil profissional ajustado ao processo de socialização da mulher, consoante os modelos estabelecidos pela Igreja e pelas relações desiguais de gênero existentes na sociedade. Fato que talvez explique um aspecto importante que merece destaque no rol das motivações da Igreja na fundação de Escolas de Serviço Social no Brasil, e no Maranhão em particular, qual seja, formar tecnicamente seus próprios quadros para otimizar a missão evangelizadora, objetivando espalhar sua influência na sociedade, o que exigia uma sólida preparação não apenas teológica e pastoral, como também acadêmica.



3 A FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO NOS MARCOS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA (1960-1970)

Os fundamentos constitutivos do Serviço Social no Maranhão, inicialmente estruturados a partir das bases confessionais da Igreja Católica, permaneceram hegemônicos até o final da década de 1960. Esse quadro começou a se modificar a partir da incorporação da então Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica do Maranhão à Fundação Universidade do Maranhão, instituída pelo Governo Federal por meio da Lei n.º 5.152, de 21 de outubro de 1966 (Silva et al., 2008, p. 06). Tal mudança evidenciou um novo momento no processo de formação do Serviço Social no estado, caracterizado pela formação laica mediada projeto tecnocrata modernizador, balizado pela influência do Serviço Social estadunidense que já marcava presença, ainda que de forma fragmentada na profissão, pela influência do positivismo funcionalista.

Esse período representou, em âmbito nacional, a consolidação do projeto de modernização conservadora da Ditadura Civil Militar (1964-1985) que, na particularidade maranhense, foi levado a cabo, pelo Governo Sarney (1966-1970) sob o slogan “Maranhão Novo” (Silva, et al. 2008, p. 06).

Em prol de um presumido desenvolvimento do Estado, o projeto modernizador erigido por Sarney (1966-1970) busca garantir a integração local ao mercado nacional e internacional, daí a priorização pelo setor agrícola voltado para a exportação e a opção pelos grandes projetos agropecuários para a região.

É neste curso, que várias instituições e projetos serão criados a partir de 1966 no Maranhão, com vistas ao atendimento das necessidades do capital. Silva (1984) destaca algumas ações do governo Sarney mediante um robusto investimento e incremento em infraestrutura econômica e social no estado como: a construção do Porto do Itaqui, de gabarito internacional; a implantação da rede de distribuição de energia da Hidrelétrica de Boa Esperança; a criação de importantes instrumentos financeiros como o Banco do Estado do Maranhão e Banco de

PROMOÇÃO



APOIO





Desenvolvimento do Maranhão; criação da Fundação Universidade do Maranhão em 1966; bem como, a expansão e ampliação qualitativa e quantitativamente, do ensino primário e o médio no Estado (Silva, 1984, p. 69).

O Serviço Social também ganhou evidência, no curso do projeto modernizador, com um vigoroso processo profissionalização e legitimação, ligado à expansão das instituições assistenciais estatais e paraestatais nas áreas do planejamento, política assistencial, extensão rural e em programas governamentais, registrando um relevante desenvolvimento no final da década de 1960 e início dos anos de 1970, para lidar contraditoriamente com as sequelas da questão social.

Silva (1984) destaca que além das determinações própria da realidade, tal expansão, contou a forte influência de Mirtes Haickel Fonseca, que desfrutando do seu forte prestígio perante o governador, teve intensa participação no movimento nacional ligado à Reconceituação de caráter modernizador, tendo participado do 1º Seminário de Teorização do Serviço Social em 1967, em Minas Geras.

Importante ressaltar, que o robustecimento do projeto modernizador sob ideologia desenvolvimentista em âmbito nacional, ampliou o mercado de trabalho profissional colocando para o Serviço Social novas exigências para o seu desempenho a partir de uma nova racionalidade burocrática-administrativa, com alterações substantivas nas dimensões do exercício e da formação profissional. Segundo Netto (2015) no quadro da modernização conservadora, as estruturas organizacionais-institucionais “passam a requisitar do assistente social uma postura mais ‘moderna’, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade” (Netto, 2015, p. 162).

Na formação, as mudanças ocorridas criaram a necessidade de uma qualificação técnica mais aprofundada, refletidas na necessidade de incorporação de alterações, dentre as quais ganham destaque: o processo de laicização do Serviço Social com a incorporação das escolas isoladas às Universidades, bem como, a aprovação do currículo mínimo nacional pelo Conselho Federal de Educação, através da Resolução s/n de 13 de março de 1970, como elementos característicos

PROMOÇÃO



APOIO





de um amplo processo de Reconceituação do Serviço Social ligado à vertente modernizadora, contribuindo para erosão do Serviço Social tradicional.

Importa anotar, a contribuição de Mirtes Fonseca para revisão do currículo do curso de Serviço Social de 1970, cuja orientação seguiu os pressupostos ideológicos da vertente modernizadora, apontando para a “chamada integração metódica” (Silva, 1984), rebatendo no ensino do Serviço Social no Maranhão, em conteúdos vinculados ao ensino teórico-prático, com ênfase à prática do Desenvolvimento de Comunidade (Silva, 1984, p. 72).

Em sintonia com o que preconizava o novo currículo mínimo de 1970, foram criadas no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, as disciplinas: Metodologia Básica do Serviço Social, Serviço Social Aplicado e Planejamento Social, dentre outras, sem eliminar, no entanto, o “Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade” (Cardoso et al., 2021, p. 06).

Além das disciplinas, o curso introduz outras atividades como: o projeto extensionista para o meio rural, por intermédio do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação comunitária (CRUTAC) criado 1970 pela UFMA, replicado depois para o meio urbano, através do Centro de Atuação Universitária em Desenvolvimento de Comunidade (CAUDEEC) criado em 1972. As duas subestruturas irão promover ações formativas de caráter interprofissional, sendo também locus de estágio para os discentes do curso de Serviço Social.

As implicações e influência desse currículo, para o Serviço Social no Maranhão, vai sintetizar uma direção política ideológica de integração da profissão às estruturas vigentes, reforçando um viés tecnocrático-funcionalista ao perfil profissional, nesse período.

4 CONCLUSÃO

A formação acadêmica do Serviço Social no Maranhão, entre as décadas de 1950 e 1970, esteve intrinsecamente vinculada ao pensamento conservador, sem



promover rupturas significativas com as estruturas sociais vigentes. Tal processo se expressou em 1950, pela ampliação de instituições de ensino ligadas à Igreja Católica e à elite local, consolidando um modelo de profissionalização alinhado com os princípios doutrinários cristãos e com a lógica do serviço como caridade e promoção social, o que se evidenciava nos currículos pautados por disciplinas moralizantes. Dentre as várias instituições diretamente envolvidas ao longo deste processo, verificamos a centralidade desempenhada pela Congregação Missionárias de Jesus Crucificado na criação da Escola Maranhense de Serviço Social em 1953.

A modernização conservadora no Maranhão, com forte articulação com a estrutura do Estado nacional sob a autocracia burguesa, não rompeu com as estruturas oligárquicas e autoritárias. Ao contrário, irá incorporar os profissionais nas suas estruturas institucionais, garantindo ao Serviço Social um lugar estratégico na reprodução da intervenção social controlada e adaptativa. Nesse contexto, a formação dos assistentes sociais manteve fortes vínculos o tecnicismo racionalista-burocrático, disciplinador e ajustado às demandas do Estado desenvolvimentista.

De modo geral, podemos notar que ao longo do decurso de 1950-1970, o processo de Formação Profissional no Maranhão, mantém uma identidade com o projeto pedagógico demarcado pela perspectiva do projeto conservador da profissão, que somente sofrerá alterações, quando contraditoriamente na mesma década de 1970, importantes sujeitos vinculados à Universidade, começam a esboçar um significativo movimento na perspectiva de ruptura (orientado pelo referencial marxista), articulado ao movimento nacional de renovação profissional no país, no confronto com a herança conservadora que marcava hegemonicamente o Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS

PROMOÇÃO



APOIO





ABREU, Marina Maciel, et al. **Questões metodológicas do Serviço Social** – contribuição à desmistificação e redimensionamento. Relatório de pesquisa. UFMA/São Luís, dez. 1985.

BRANDÃO, Selma de Oliveira; SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino; PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. (Re)construção da memória e história do Serviço Social: contribuições do Nordeste. In: **XI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, 2023.

CARDOSO, Franci Gomes et al. Formação profissional em Serviço Social no movimento da história no Maranhão. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**, São Paulo: Cortez, 2021.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Vilalobos. São Paulo: Cortez, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. – 17. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

RODRIGUES, Maria de Lourdes Borges. A inserção do Serviço Social na realidade maranhense. In: **Revista de Ciências Sociais**: EDUFMA, São Luís, v.1, n.2, p. 99-135, jul/dez, 1991.

SILVA, Araújo Lídia. **O PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI E O SERVIÇO SOCIAL: aproximações ao conceito de Estado no movimento de ruptura com o conservadorismo**. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2024, p.41-52.

SILVA, Maria Ozanira Silva. PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno. GUILHON, Maria Virginia Moreira; SOUSA, Salviana de Maria Pastor Sousa. O protagonismo do Maranhão no Serviço Social Brasileiro. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, v. 29, n. 95, especial, 2008, São Paulo: Cortez editora.

SILVA, Maria Ozanira da e. **Formação Profissional do Assistente Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVEIRA Jr., Adilson Aquino. (org.). **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. Curitiba: CRV, 2021.